

TERRORISMO DO ESTADO NO SÉCULO XX - lições para o século XXI*

Jacob Dolinger

RESUMO

Delimita o panorama histórico-cultural das grandes potências internacionais no século XX, por meio da análise político-ideológica vigente à época, ressaltando os acontecimentos que marcaram o cenário de terror, cujos objetivos ultrapassam os interesses territoriais, estratégicos e econômicos e se concentram, sobretudo, no propósito de impor uma ideologia hegemônica total e absoluta.

Tece comentários elogiosos acerca do povo norte-americano, pelos extraordinários feitos de sua Ciência e tecnologia, funcionamento do seu sistema democrático, independência do seu Poder Judiciário e, mormente, pelo enorme investimento em suas universidades e centros de pesquisa, razão pela qual rejeita qualquer idéia ligada ao antiamericanismo que se encontra hodiernamente evidenciado em nosso País, por parte da classe mais jovem, bem como da imprensa doméstica. A despeito disso, critica as graves falhas cometidas nas relações internacionais pelos sucessivos governos norte-americanos.

Comenta a respeito dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, ao asseverar que a seqüência de tais atos constitui uma agressão dirigida não só aos Estados Unidos, mas sim a todos os povos que valorizam a liberdade e os direitos humanos.

Demonstra sua preocupação com a população dos Estados árabes responsáveis pelo patrocínio do terrorismo internacional. Defende a democratização desses países por intermédio de uma educação aberta, a fim de promover a libertação de seus povos dos governos tiranos.

PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo; direitos humanos; liberdades fundamentais; igualdade; Estados árabes; Estados Unidos da América.

* Conferência proferida no Seminário Internacional "Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF.

Conheci a Europa na minha infância e a vi sucumbir ao mal: como se esvaíram séculos de dedicação acadêmica e literária às idéias libertárias e democráticas, e como venceu o espírito demoníaco. Também constatei como Maquiavel derrubou Montesquieu e John Stuart Mill e todos os outros grandes pensadores dos três séculos imediatamente anteriores, que aprendemos a respeitar e a invocar desde os bancos universitários. Tive a ventura de aportar em uma terra bendita e acolhedora, onde vive um povo que conhece a solidariedade humana, campeão da hospitalidade aos refugiados e sofridos de todos os tempos e de todas as origens. Daí minha redobrada obrigação, como professor de Direito – que galgou todas as etapas da vida acadêmica, sem jamais ter sentido o mais leve resquício de discriminação –, de contribuir, por mais modestamente que seja, para a conscientização das jovens gerações de estudantes para os perigos que novamente pairam sobre o mundo de hoje.

O tema específico que escolhi encerra riscos, pois exige análise político-ideológica de ocorrências passadas e presentes, toca aspectos ligados à prática das religiões monoteístas e apresenta um panorama diverso do que vem sendo transmitido na mídia estrangeira e nacional.

TERROR DO ESTADO TOTALITÁRIO

A ironia da História é que o século XX – que trouxe consigo extraordinário progresso, que vai do automóvel ao avião supersônico, do telefone à *internet*, da penicilina ao transplante de órgãos e à clonagem – tenha conhecido a mais violenta e perversa onda de perseguições e matanças; este o século que inventou o genocídio, a partir do massacre de um milhão e meio de armênios civis indefesos, perpetrado pelos turcos entre os anos de 1915 e 1916 – matéria desconhecida, segundo sou informado, por 99% das gerações jovens, o que significa todos abaixo de setenta anos de idade.

O totalitarismo se sustenta no terror absoluto para alcançar o domínio total. É importante distinguir entre o despotismo, a tirania, a ditadura, de um lado, e o totalitarismo, de outro. Quem faz essa distinção é Hannah Arendt, em sua obra monumental sobre o totalitarismo, quando explica que ele difere essencialmente

das outras formas de opressão política conhecidas. Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas, destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas, substituiu o sistema partidário – não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa –, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e, para mim, hoje, o mais importante, estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial.

O TOTALITARISMO DO SÉCULO XX E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TERRORISMO

Cuidamos, especificamente, dos totalitarismos da Alemanha nazista e da Rússia comunista por terem sido as duas grandes manifestações do Estado a exportar o terror inicialmente criado no plano interno. Jamais o mundo testemunhara os tipos de conquistas que marcaram o século findo, com as quais, muito além dos interesses territoriais, estratégicos e econômicos, quiseram essas potências, primordialmente, impor sua ideologia, sua hegemonia total e absoluta, mantendo o terror interno como modelo para o terror externo.

ALEMANHA NAZISTA

Antes da II Guerra Mundial, os nazistas haviam criado em seu próprio país, sob o *Führenprinzip*, uma tirania, talvez, jamais conhecida na história, que encorajava e disseminava o ódio racial com base no princípio da raça superior, com o seu objetivo último de hegemonia mundial. Conseguiram colocar irmão contra irmão, crianças contra seus pais, gentios contra judeus. Planejaram e executaram a corrupção de toda uma nação, e aqueles que recusaram submeter-se foram aterrorizados e jogados em campos de concentração. Juristas, juizes, médicos, filósofos, com raríssimas exceções, todos se curvaram ao nazismo, com ele colaboraram, desprezando os mais elementares princípios da convivência humana, cooperando, direta ou indiretamente, para a concretização da mais nefasta teoria racista, levada ao paroxismo do extermínio total do inimigo criado pela propaganda. A relação do terror interno com o externo é uma constante na literatura da história da guerra travada pela Alemanha nazista contra

a Europa. Hitler prometeu, em seu *Mein Kampf*, que (...) *derrubaria as absurdas barreiras da assim chamada "humanidade de indivíduos", a fim de dar lugar à humanidade da natureza que destrói os fracos para dar lugar aos mais fortes*. E, assim, 50 milhões de criaturas humanas foram sacrificadas no altar da demência de um psicopata, que tornou possível à nação que deu ao mundo Goethe e Beethoven, Schiller e Schubert, Savigny e Ihering também legar Dachau e Kelsen, Ravensbruck e Buchenwald, Treblinka e Auschwitz, as câmaras de gás e os crematórios, o morticínio de milhões de civis, judeus, ciganos, comunistas, homossexuais, considerados inimigos do povo, todos aniquilados por meio de sofisticadas técnicas científicas.

RÚSSIA COMUNISTA

Na Rússia soviética, em circunstâncias diferentes, com um pano de fundo diverso, testemunhamos, igualmente, o fenômeno do terror instalado no próprio país, contra seus próprios cidadãos, na morte silenciosa nos porões do Kremlin ou na morte lenta no *gulag* siberiano, que atingiu níveis de terror absoluto, em que, para citar Bertrand Russel, uma palavra descuidada de uma criança ao professor podia condenar os pais a trabalhos forçados em alguma inóspita região siberiana.

A paranóia de Stalin levou a maior parte de seus assessores diretos à morte, enquanto dizimava milhões de pessoas – civis e militares, camponeses e trabalhadores, intelectuais e religiosos – condenadas por um toque de pena, por um balançar de cabeça. O regime do medo, da falsidade, da inversão dos fatos, da falsa propaganda, da mentira histórica, da perversidade e da corrupção foi levado para as repúblicas integradas na União Soviética e para todos os países conquistados na guerra contra Hitler – um demônio substituindo o outro. Um regime totalitário que desmorona, dando lugar a outro, com ideologia diferente, mas com o mesmo fanatismo. Outra filosofia política, talvez, mas a mesma corrupção das idéias clássicas sobre a vida em sociedade e sobre o convívio dos povos.

Os soviéticos foram mais sutis do que os alemães, os comunistas mais pacientes do que os nazistas, planejaram mais e melhor, com mais visão histórica e melhor estratégia. Duraram mais, porém, no fim, também

Repugna-me o sistemático antiamericanismo tão em voga na nossa juventude e em considerável parte da nossa imprensa; oposição total, absoluta, indiscriminada, arrasadora, que culpa os americanos por todos os nossos problemas, quando somos nós os únicos responsáveis pelo que nos falta e pelo que ainda não deu certo na nossa sociedade. Culpar os Estados Unidos é uma fuga da realidade, é “política de avestruz” (...)

caíram. A rebeldia das filiais no exterior levou ao desmoronamento da matriz, da máquina central. A reconquista da liberdade dos outros povos trouxe o alívio para a nação russa que lentamente se vinha preparando para o fim da farsa.

OS ESTADOS UNIDOS E SUA POLÍTICA EXTERNA – TERRORISMO EXTERNO

Cabe examinar a possibilidade de um regime democrático, liberal, em que os direitos humanos são respeitados, colaborar com regimes antidemocráticos, se não totalitários, pelo menos ditatoriais, despóticos. Caso esse fenômeno exista, enquanto o terrorismo interno leva ao externo, a recíproca não é necessariamente verdadeira, ou seja, o regime democrático nem sempre respeita as democracias dos outros povos, exportando-lhes práticas que jamais adotaria em seu próprio meio. Lamentavelmente parece ter sido o caso dos Estados Unidos.

Primeiramente preciso deixar consignada minha simpatia pelo povo americano, minha admiração pelos extraordinários feitos de sua Ciência e tecnologia, meu respeito pelo funcionamento do seu sistema democrático, pela independência de seu Poder Judiciário e, principalmente, pelo enorme investimento em suas universidades e centros de pesquisa, pela dedicação de sua academia ao saber e à verdade, pelo desenvolvimento das suas artes, enfim, pelo funcionamento de uma sociedade aberta, transparente, cheia de falhas humanas, é verdade, mas sempre pronta a se corrigir e a se renovar; uma sociedade que tem autocrítica,

que reconhece seus erros, que denuncia suas autoridades, em todos os níveis, em todos os poderes, que as responsabiliza, que as leva aos tribunais e, quando condenadas, às prisões.

Repugna-me o sistemático antiamericanismo tão em voga na nossa juventude e em considerável parte da nossa imprensa; oposição total, absoluta, indiscriminada, arrasadora, que culpa os americanos por todos os nossos problemas, quando somos nós os únicos responsáveis pelo que nos falta e pelo que ainda não deu certo na nossa sociedade. Culpar os Estados Unidos é uma fuga da realidade, é “política de avestruz”, que esconde a cabeça na terra, é a manifestação suprema da frustração coletiva; acima de tudo, é o despistamento dos mais jovens. Na verdade, é injusto e, principalmente, contraproducente.

Toda nação é como uma família, cujos pais cuidam de seus filhos e dão um sorriso para os filhos do vizinho. Nós, aqui, também colocamos em primeiro plano nossos interesses – é a ordem natural das coisas –, e, assim, muito naturalmente, também o fazem os norte-americanos. No dia em que resolvermos nos esquecer deles e cuidar do que é nosso, estaremos caminhando para nos tornar a grande nação para a qual temos potencialidade.

Dito isso, posso relatar mais tranquilamente as terríveis falhas da política externa norte-americana. Deixarei de lado as tormentosas questões relativas à guerra do Vietnã, onde a paranóia coletiva em relação ao perigo comunista cegou os estrategistas, confundiu os estadistas e enganou os políticos.

Quando a verdade emergiu, os jovens explodiram, a imprensa se levantou, os políticos acordaram e o Governo não teve alternativa, senão entregar os pontos e reconhecer que perdera a guerra, fazendo suas tropas retornarem, depois de deixar mais de 50 mil de seus filhos no campo de batalha. O arrependimento machuca os americanos até hoje. É um povo que reconhece seus erros e procura emendar-se.

Outros erros foram cometidos. Vejamos, pelo menos, as duas últimas décadas do século XX.

Refiro-me à crítica sobre graves falhas cometidas nas relações internacionais pelos sucessivos Governos norte-americanos, encontradas em fontes insuspeitas, como na decisão da Corte Internacional de Justiça em *Military and Paramilitary Activities* – reclamação movida pela Nicarágua. A Corte entendeu que, se comprovada a circunstância de auto-defesa, poder-se-ia justificar uma intervenção, mas os fatos apresentados pelos americanos não demonstravam a ocorrência de tal situação. A operação militar realizada pelas Forças Armadas americanas, na Ilha de Granada, em outubro de 1983, por determinação do Presidente Reagan, para retirar os estudantes americanos da Faculdade de Medicina, que estariam correndo graves riscos, e a invasão do Panamá, em 1989, por comando do Presidente Bush, para garantir o resultado das eleições, proteger cidadãos americanos e levar Noriega para ser julgado por narcotráfico, foram criticadas por parte considerável da comunidade acadêmica americana, liderada por seus jusinternacionalistas. É evidente que não há como classificar esses atos do Governo americano, mesmo aceitando que não estivessem de acordo com o Direito Internacional, como manifestações de terror, pois foram efetuados praticamente sem ocasionar vítimas. Tiveram um objetivo determinado e foram rapidamente concluídos. Inegável que trouxeram maior ou menor benefício para a população dos territórios afetados, sem deixar marcas de sofrimento.

É manifesto que nem toda operação que desrespeita princípios do Direito Internacional pode ser classificada como ato de terror, pois este deve ser compreendido na acepção comum do termo. Não quer dizer que não seja concebível que um Estado democrático, que respeita os direitos humanos, não possa exportar para outros países o terror que ele

mesmo não admite em seu próprio território. Vem à lembrança o capítulo da política externa americana relativo à derrubada de Salvador Allende Gossens, da Presidência do Chile. A crítica às atividades da CIA, em geral, e à política americana sobre o Chile, em particular, é apresentada, entre outras, na obra dos Professores Myres MacDougal e Michael Reisman em *International Law in Comparative Prospective*. Ambos são renomados mestres da Faculdade de Direito da Universidade de Yale e conhecidos por suas posições conservadoras. No livro vem reproduzido artigo do Prof. Richards Falk, da Universidade de Princeton, em que critica severamente as operações da CIA por serem totalmente inconsistentes com o compromisso americano para com os direitos humanos, seja do ponto de vista dos direitos individuais, seja do da autodeterminação dos povos. Na mesma obra, há um trabalho do Prof. Daniel Halperin, da Universidade de Harvard, em que narra a famosa observação de Henry Kissinger ao Comitê dos 40, em que disse: *Não vejo por que tenhamos de ficar inertes e permitir que um país se torne comunista devido à irresponsabilidade de seu povo.*

No Chile, de Pinochet, houve tortura, desaparecimentos, mortes em grande número, ocorreram os mais violentos atentados aos direitos elementares do ser humano. O cidadão chileno deixou de viver livremente e de se manifestar de acordo com a sua consciência porque teve medo e calou-se. É a ditadura mantida pelo terror. Não foi o terror nazista ou o comunista – talvez não se enquadre com exatidão na definição de Hanna Arendt sobre regime totalitário –, mas o terror estava caracterizado.

Se os Estados Unidos, de uma forma ou de outra, colaboraram no golpe que derrubou Allende, também possibilitaram a subida ao poder dos generais torturadores, co-responsáveis pela infelicidade que se abateu sobre milhares de famílias chilenas, exportaram o mal que nunca admitiriam ocorresse ao seu povo e desrespeitaram a alma da nação chilena. É evidente que não se pode equiparar a atuação americana no Chile e em outras partes do mundo onde tenha, eventualmente, atuado de maneira similar às horrendas, inenarráveis e indescritíveis campanhas de diabólico terror conduzido pela Alemanha hitlerista e pela Rússia stalinista: o primeiro, agente do mais

tenebroso genocídio, jamais praticado pelo homem sobre a terra; e o segundo, autor da mais perversa perseguição de seu próprio povo e de povos aliados. Mas deve ficar o registro de que a democracia americana desrespeitou, em várias oportunidades, a democracia de outros povos, interferiu, colaborando para trazer morte e infortúnio, patrocinou o terror alheio e praticou terrorismo de Estado.

O fato ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, sem qualquer relação com o tópico anterior, marcou o início de uma nova e importante fase na história da humanidade. Com a “implosão” da União Soviética, deixamos para trás o perigo da III Guerra Mundial entre as duas chamadas “superpotências”; tranquilizamo-nos quanto à possibilidade de uma hecatombe nuclear. A visão escatológica da destruição da vida sobre a terra foi afastada, os profetas do apocalipse se calaram, mas, logo em seguida, cientistas políticos preveniram sobre o perigo representado por grupos terroristas, principalmente se conseguissem acesso às armas de destruição. Esse momento, se não chegado, está próximo e poderá afetar toda a humanidade.

Tom Arnold, veterano membro do Parlamento Britânico e ex-Conselheiro da Primeira Ministra Margaret Thatcher, disse recentemente que não se pode proteger a civilização dismantelando suas próprias conquistas. Tal afirmação nos leva às palavras do Prof. Cachapuz quando disse que o Governo brasileiro apresentou um projeto à Organização dos Estados Americanos em que frisa, com muito cuidado, que o respeito aos direitos humanos não pode ser sacrificado na luta contra o terrorismo. Lembra, ainda, este parlamentar britânico, que mesmo depois que o IRA quase matou Thatcher e vários membros de seu gabinete, em um atentado à bomba no *Brighton Hotel*, durante uma conferência do Partido Conservador, ela rejeitou a idéia de novas medidas repressivas e continuou tentando uma solução política com Dublin. De certa forma, ouviremos uma resposta dos americanos.

Poder-se-ia, eventualmente, traçar uma distinção entre o atentado a Thatcher e o de 11 de setembro, porque governantes, como embaixadores, como generais, são soldados e, como tais, alvos naturais de forças inimigas ou revolucionárias, o que não acontece com a população civil vitimada em Nova Iorque.

O Prof. Michael Reisman, de Yale, em incisivo comentário publicado no *American Journal of International Law*, em 2001, distingue o atentado de Nova Iorque daqueles ocorridos nos últimos anos em Londres, Belfast, Madri e Moscou: *Estes atos ilegais, nos outros locais, visam a mudar uma determinada política, mas não a destruir uma organização social. A ambição, o escopo e o alcance dos atos de 11 de setembro constituem uma agressão dirigida, primeiramente, contra os Estados Unidos, mas visando, por meio destes e de atos subsequentes, à destruição das estruturas sociais e econômicas e os valores de um sistema de ordem pública e de Direito Internacional que sustentam essas estruturas. Não somente os Estados Unidos, mas todos os povos que valorizam a liberdade e os direitos humanos foram forçados a uma guerra de autodefesa.* Portanto, há uma distinção importante entre a luta por um objetivo específico e a luta generalizada para a destruição de um sistema.

O Prof. Reisman é, atualmente, co-editor chefe dessa revista, órgão da quase centenária Associação Americana de Direito Internacional (*American Society of International Law*). O outro co-editor chefe é o Prof. Jonathan I. Charney, da Universidade Vanderbilt, o qual, no mesmo número da revista, lamenta que os Estados Unidos tenham resolvido guerrear o terrorismo sem consultar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo ele, a única guerra permitida, sem autorização do Conselho, é a que visa à autodefesa, conforme o art. 51 da Carta da ONU, entendendo que qualquer ação militar dos Estados Unidos fora do Afeganistão seria problemática se o objetivo fosse a supressão de grupos terroristas internacionais em geral, e não para defender os Estados Unidos, pois não estaria enquadrada na hipótese de autodefesa e, sim, na de uso de força retaliativa, que é vedada. Evidentemente, este é um tema para um outro seminário.

Intrometo-me, mesmo assim, no debate entre os dois grandes internacionais publicistas americanos com a modéstia de um internacionalista sul-americano, para lembrar de quantas vezes a ONU poderia ter agido em prol da salvação de populações, mas as injunções políticas que dominam aquela organização mundial mantiveram-na paralisada.

Lembremo-nos da indesculpável inércia da ONU durante o

A primeira lição a ser tirada da história é a de que democracias não fazem guerra entre si. As guerras ocorrem entre países de regime despótico e democrático e também entre duas ditaduras. Portanto, a nossa maior preocupação, (...) deveria ser com o fato de que centenas de milhões de árabes vivem sob o jugo de ditaduras, alguns sob regimes totalitários, (...) patrocinadores dos governos do terrorismo internacional.

genocídio ocorrido em Ruanda, quando 800 mil almas foram sacrificadas, reconhecida pelo próprio Secretário-Geral, Koffi Anan, em recente pronunciamento de que a ONU poderia ter intervindo, e não o fez.

Há vários outros tristes episódios na atuação e/ou na omissão da ONU que me deixam cético quanto à sua autoridade moral na missão de combate ao terrorismo.

Em recente número do *American Journal of International Law*, do primeiro trimestre de 2002, há um estudo sobre o que aconteceu no *World Trade Center*, entre outros documentos, revelou-se um texto assinado por Osama Bin Laden, dirigido a todos os muçulmanos, em que diz: (...) *o assassinato de americanos e seus aliados civis e militares é uma obrigação religiosa para todo muçulmano, a ser levada a efeito em todo e qualquer país em que se encontrem, até que a mesquita Al Aqsa tenha sido libertada de seu jugo, e até que os seus exércitos tenham deixado as terras muçulmanas.*

Temos uma inequívoca proclamação de terrorismo internacional.

TERRORISMO DOS ESTADOS ÁRABES

O fenômeno histórico que mais fortemente caracteriza nosso ingresso no século XXI já vinha se manifestando nas últimas duas décadas do século XX, desembocando nos atentados de 11 de setembro de 2001, quando o mundo, como um todo, acordou para o grande desafio que a humanidade enfrenta nos dias atuais.

Para melhor compreensão do fenômeno e para seu enquadramento

na tese que apresento hoje, há de se retroagir um pouco no tempo e examinar alguns acontecimentos que revelam a verdadeira face do regime que impera em certos países árabes.

Fiquei feliz quando o Prof. Cachapuz de Medeiros enunciou os países reconhecidamente terroristas e incluiu a Síria e o Iraque – dos quais tratarei –, como, também, para surpresa provavelmente de muitos, a Arábia Saudita.

Síria: Hafez Assad subiu ao poder em 1970, como resultado de um golpe de Estado que promoveu quando Ministro da Defesa. No início de 1980, os adversários de Assad, concentrados na cidade de Hama, emitiram um manifesto em que exigiam, entre outras coisas, que o Presidente Assad honrasse a Carta dos Direitos Humanos, abolisse o estado de emergência e realizasse eleições livres. A petição circulou pelas mesquitas e foi reforçada por uma clamoração a uma greve geral contra o governo dos infieis. São dois grupos de muçulmanos.

Em 26 de junho de 1980, a Irmandade Muçulmana realizou um atentado contra a vida de Assad. No dia seguinte, segundo relato da Anistia Internacional, a segurança do Presidente enviou oitenta de seus membros para a Prisão Tadmur, onde se encontravam presos os dissidentes da Irmandade Muçulmana e lá foram assassinados, num só dia, 600 mil prisioneiros, enterrados depois em covas comuns. Os atentados à bomba pela Irmandade, as prisões e torturas de seus membros se sucediam ao longo de 1981 e início de 1982, quando Assad resolveu dar uma solução, ordenando que seu exército invadisse a cidade de Hama, punindo

os membros da Irmandade Muçulmana que lá viviam. A operação foi comandada por Rifaat Assad, irmão do Presidente, durou todo o mês de fevereiro de 1982 e, segundo declaração do próprio Rifaat Assad, foram mortos 38 mil habitantes da cidade em uma batalha que arrasou quarteirões inteiros, matando todos os que neles viviam. Outros relatos reduzem o número de mortos a 25 mil pessoas, homens, mulheres e crianças. Os bairros onde se concentravam os opositores ao regime foram totalmente queimados. A destruição de Hama visou a aterrorizar todos os oponentes do regime. Este verdadeiro massacre garantiu a continuidade de Hafez Assad no poder até sua morte, quando foi sucedido por seu filho, Assad II, no século XXI.

Iraque: uma vez concluída a guerra entre o Iraque e o Irã, Sadam Hussein voltou-se contra os curdos iraquianos, por sua alegada simpatia e possível colaboração com o Irã e, em uma brutal campanha iniciada na primavera de 1987, a qual durou até depois do outono de 1998, matou dezenas de milhares de curdos, bombardeando-os com produtos químicos asfixiantes: 1.700 vilarejos desapareceram por completo e pelo menos 1 milhão de curdos foram deslocados.

No campo religioso, as forças militares destruíram monumentos, mesquitas e arquivos xiitas em 1991, bem como prenderam dezenas de milhares de pessoas, muitos das quais desapareceram.

Esse foi o terror mortal que manteve no poder, por três décadas, os dois veteranos ditadores do Oriente Médio, na Síria e no Iraque. O terror desses dois países já foi exportado e poderá sê-lo em proporções bem maiores ainda. O Iraque invadiu o Kuwait em 1990 e de lá só saiu quando uma poderosa coligação de exércitos de vários países atacou os invasores. O Iraque vem construindo um arsenal de armas químicas, bacteriológicas e nucleares, constituindo uma ameaça para o mundo. Se existe os que pensam que os Estados Unidos revelam um exagerado nervosismo com Hussein, lembro que os relatórios investigadores da ONU sobre os preparativos bélicos de Hussein são deveras amedrontadores e sustento que os europeus se comportam com exorbitante fleuma, criando-se um choque entre Estados que deveriam manter sua aliança e coordenar medidas inteligentes de precaução e de defesa contra um di-

tador, que já revelou sua desmesurada crueldade até contra suas próprias filhas.

A Síria invadiu o Líbano e lá mantém seu exército há anos, castrando a liberdade da nação vizinha, tendo participado de várias iniciativas terroristas contra alvos do ocidente, paralelamente à sua intensa atividade narcotráfica. A Síria hospedou e hospeda diversos grupos terroristas como o *Hamas*, o *Jihad Islâmico*, o *Hizbollak*, o Exército Vermelho japonês e o terrorista curdo Abdullah Ocalan, que liderou uma guerra contra a Turquia no solo sírio por muitos anos.

Arábia Saudita: O príncipe Alwaleed bin Talal, ao visitar, em companhia do Prefeito Ruddy Giuliani, em outubro de 2001, os escombros do *World Trade Center*, ofereceu a Nova Iorque uma ajuda de 10 milhões de dólares, fazendo observações impertinentes e injuriosas sobre o que considera a verdadeira origem do terrorismo internacional, em uma esdrúxula justificativa para o terrorismo dos desesperados, os quais sofrem sob o tacho do capitalismo americano.

O prefeito recusou o cheque. A imprensa americana aplaudiu sua atitude e enviou um recado para o príncipe, chamando-lhe a atenção para o fato de que quinze dos dezoito jovens suicidas, que levaram consigo para a morte 3 mil homens e mulheres de cinquenta nacionalidades diferentes e variadas religiões, eram árabes-sauditas e que Osama Bin Laden, árabe-saudita, estava sendo financiado pelo Governo da Arábia Saudita, o principal financiador do Talibã. A Arábia Saudita é um dentre os únicos três países a manter relações diplomáticas com tal organização fanática.

Nas escolas da Arábia Saudita, as crianças são educadas e doutrinadas com ódio a todos que não professam o islamismo. Os livros escolares contêm, entre outras pérolas, o seguinte: *É compulsório para os muçulmanos ser leal um para com o outro e considerar os infiéis como seu inimigo.*

A Arábia Saudita é um feudo que pertence a aproximadamente 7 mil príncipes. Considerando o número de esposas e concubinas que cada um possui, tal número aumenta à razão de quarenta príncipes por mês. Essa grande família detém todos os postos ministeriais, embaixadas, agências governamentais e companhias.

A administração da coisa pública é muito dispendiosa na Arábia

Saudita. O salário-base de um membro do gabinete é de 6 milhões de dólares – creio que por ano. Os jovens príncipes estudam nas melhores universidades americanas e inglesas.

A Anistia Internacional, em seu relatório de 1993 sobre a Arábia Saudita, relata que o poder é controlado pela versão Wahabi, da Seita Sunita, constatando-se contínuas atrocidades contra a minoria muçulmana. Em 1990, os xiitas foram taxados de politeístas, merecendo ser mortos. Desde então, há evidência de várias execuções e de centenas de pessoas presas e torturadas por sua fé.

Para garantir a tranqüilidade pública, a educação das crianças do povo árabe-saudita foi entregue aos *mullahs*, que mantêm a frustração e a raiva do povo desviadas da corrupta e cruel classe governamental para a distante, rica, afamada e infiel América do Norte. Assim, é possível preparar uma geração para praticar atos suicidas. Transformar as frustrações do povo com a miséria interna causada pela oligarquia de uma casta em ódio direcionado ao mundo ocidental é a essência da política dos príncipes.

A Arábia Saudita, não obstante a hospitalidade que o Presidente Bush estendeu recentemente ao Príncipe Regente, é o maior, o mais rico e o mais perigoso foco do terror transnacionalizado para o qual o mundo inteiro deve-se atentar com urgência.

Um escritor paquistanês-muçulmano escreveu, no jornal *The Nation*, popular jornal do Paquistão, em novembro de 2001, que os *mullahs* querem nos fazer voltar um milênio, fazendo a seguinte comparação: *As Universidades de Oxford e Cambridge eram as madrestas da cristandade do século XIII. Onde estão hoje? Entre as instituições que ocupam posição de liderança na educação do mundo. E onde estão nossas instituições de ensino?* Ele enviou a Osama Bin Laden o recado de que os muçulmanos não precisam da escuridão das cavernas; precisamos verdadeiramente, hoje, de construir aviões, e não de sequestrá-los.

LIÇÕES PARA O SÉCULO XXI

A primeira lição a ser tirada da história é a de que democracias não fazem guerra entre si. As guerras ocorrem entre países de regime despótico e democrático e também entre duas ditaduras. Portanto, a nossa maior preocupação, nos dias de hoje, deveria ser com o fato de que cente-



nas de milhões de árabes vivem sob o jugo de ditaduras, alguns sob regimes totalitários, na definição de Hanna Arendt, patrocinadores dos governos do terrorismo internacional.

Incentivar a democratização desses países, a libertação dos seus povos do jugo de príncipes e presidentes tiranos, a libertação de suas mulheres do sofrimento imposto por uma civilização que parou no tempo, a educação aberta de suas juventudes para aprenderem que o mesmo ser humano habita todo o globo terrestre e que todos temos o direito de um lugar ao sol seria o grande ideal.

Podemos e devemos, pelo menos, falar, escrever e divulgar nossas idéias, ideais e sonhos, fazendo-os acessíveis aos povos sofridos.

Por outro lado, na impossibilidade de impor a nossa filosofia tolerante sobre os outros, podemos, pelo menos, deixar de negociar com eles, deixar de fortalecer seus regimes fechados e corruptos, de votar com eles nas Nações Unidas, não perdendo a oportunidade de manifestar aos falsos líderes, tiranos e usurpadores, que não mais podem contar com o apoio dos povos educados na filosofia iluminista, na civilização judaico-cristã e que, se insistirem com suas guerras sacrílegas, estaremos prontos para nos defender e salvar nossa civilização da hecatombe.

A Inglaterra, de Chamberlain, e a França, de Daladier, acompanharam o crescimento da beligerância de Hitler e mantiveram-se inertes, paralisadas e acovardadas. Roosevelt e Churchill tinham todas as razões para suspeitar das intenções de Stalin, mas nada fizeram.

As intervenções americanas na política interna de outros países têm sido cada vez mais dificultadas e, provavelmente, até impedidas ante a pressão moral e intelectual bem-vinda

das elites acadêmicas e dos bons jornalistas americanos.

Cabe aos homens e mulheres que acreditam nos direitos e liberdades individuais unirem-se acima das fronteiras, dos interesses econômicos e das crenças religiosas para combater o terrorismo de Estado deste início de século, garantindo que não se repitam as tragédias que se abateram sobre o mundo durante a vida de nossos pais no século XX e que alguns de nós testemunhamos em nossas juventudes.

Para concluir, invoco as palavras do Professor de Filosofia David Hartman da Universidade Hebraica de Monte Scopus, em Jerusalém, que assim se pronunciou recentemente: "O futuro do mundo depende de o Islam, o Cristianismo e o Judaísmo se conscientizarem de que Deus fala árabe às sextas-feiras, hebraico aos sábados e latim aos domingos e que Ele aceita e acolhe homens e mulheres diferentes, que se aproximam d'Ele por meio de sua própria história e de seu legado lingüístico e cultural. O Divino não se exaure por um só caminho religioso".

Em respeito à imprescindível tolerância que John Locke nos legou no seu famoso ensaio sobre o tema, acrescento que fisiológica, psicológica e mentalmente somos todos iguais. A nossa cultura nos valoriza à medida em que reconhece a existência e a validade de outras culturas e filosofias de vida. Para que isso ocorra, devemos nos conhecer e nos estudar, comparando nossas leis e costumes e, acima de tudo, nos tolerar e nos respeitar. Assim, colaboraremos na solução dos problemas comuns que afligem toda a humanidade.

ABSTRACT

The author delineates the historical-cultural panorama of the great international powers in the 20th century, through the ruling politic-ideological analysis at that time, pointing out the events that recorded the terror scenario, whose aims surpass the territorial, strategic and economic interests and which are centered, mainly, on the purpose of imposing an absolute, total and hegemonic ideology.

He praises the North American people for the extraordinary performances of their Science and technology, operation of their democratic system, independence of their Judiciary Power and, above all, for the enormous investment in their universities and research centers. Therefore, for these mentioned reasons, he rejects any idea

associated with the anti-American feeling that is currently evidenced in our country, concerning the younger class and the domestic press. In spite of this, he criticizes the grave errors committed in the international relations by the successive North American governments.

Furthermore, he comments about the terrorist attacks on September 11th, by asserting that the sequence of such acts constitutes an aggression aimed against not only to the United States, but also to all peoples who value freedom and the human rights.

He shows his concern about the population of the Arab States responsible for the support of the international terrorism. Moreover, he defends the democratization of those countries through an open education, in order to promote their people's freedom from the tyrannous governments.

KEYWORDS – Terrorism; human rights; fundamental freedoms; equality; Arab States; The United States of America.

Jacob Dolinger é Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.